



ARTIGO

# OS ANTECEDENTES DA EXPEDIÇÃO THORNTON AO BRASIL: O GRÃO- DUCADO DA TOSCANA E A EXPERIÊNCIA ATLÂNTICA INGLESA (1574-1609)<sup>1</sup>

Contato  
Piazza de' Cavalieri 7  
56126 – Pisa – Toscana – Itália  
[joao.covolansilva@sns.it](mailto:joao.covolansilva@sns.it)

 João Gabriel Covolan Silva<sup>2</sup>  
Scuola Normale Superiore di Pisa  
Pisa – Toscana – Itália

## Resumo

O propósito deste artigo é elucidar os aspectos conjunturais que levaram à expedição de Robert Thornton ao Brasil. Organizada por Robert Dudley e tendo saído do porto de Livorno em 1608 e retornado em 1609, após a morte do grão-duque Ferdinando I de' Medici (r. 1587-1609) em fevereiro deste ano, essa expedição ficou marcada como a principal iniciativa colonial por parte do Estado toscano. Nestas páginas, busca-se ir além da compreensão da expedição como intento mercantil ou colonial por parte de Ferdinando, inserindo-a como resultado de dinâmicas políticas, sociais e econômicas que caracterizaram a Toscana desde o governo de seu irmão Francesco I (r. 1574-1587), trazendo à tona uma abordagem da diplomacia, da circulação de informação e da experiência de indivíduos ingleses estabelecidos no grão-ducado que são essenciais para compreender a sua gestação.

## Palavras-chave

Grão-Ducado da Toscana – Expansão Colonial – Pirataria – História Atlântica – Mediterrâneo.

<sup>1</sup> Artigo não publicado em plataforma *preprint*. Todas as fontes e bibliografia utilizadas são referenciadas. Agradecemos os comentários de Thiago Krause, Lucas Mohallem, Alberto Portella e Maria Eduarda de Medeiros Brandão, bem como as revisões dos pareceristas. As informações da High Court of Admiralty (HCA) não teriam sido obtidas sem o auxílio imprescindível de Colin Greenstreet (MarineLives).


<sup>2</sup> Doutorando em História na Scuola Normale Superiore di Pisa. Mestre em História pela Universidade de Turim e graduado em História pelo Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Sua pesquisa concentra-se nas relações comerciais entre o Atlântico português e a Itália, especialmente a Toscana, entre os séculos XVI e XVII.



ARTICLE

# THE PRELUDE OF THE THORNTON EXPEDITION TO BRAZIL: THE GRAND DUCHY OF TUSCANY AND THE ENGLISH ATLANTIC EXPERIENCE (1574-1609)

Contact  
Piazza de' Cavalieri 7  
56126 – Pisa – Tuscany – Italy  
[joao.covolansilva@sns.it](mailto:joao.covolansilva@sns.it)

 João Gabriel Covolan Silva  
Scuola Normale Superiore di Pisa  
Pisa – Tuscany – Italy

## Abstract

This article seeks to elucidate the key elements that led to Robert Thornton's expedition to Brazil. Organised by Robert Dudley, the expedition departed from the port of Livorno in 1608 and returned the following year, shortly after Grand Duke Ferdinando I de' Medici's (r. 1587–1609) death in February. It was the most significant colonial venture undertaken by the Tuscan state. The study aims to move beyond interpreting the expedition solely as a commercial or colonial endeavour of Ferdinando's. Instead, it is contextualised within the broader political, social, and economic dynamics that had shaped Tuscany since the reign of his brother, Francesco I (r. 1574–1587). Furthermore, it singles out key diplomatic dimensions and the circulation of information, as well as the experiences of English individuals residing in the Grand Duchy – all of which are essential to understanding the expedition's inception.

## Keywords

Grand Duchy of Tuscany – Colonial Expansion – Piracy – Atlantic History – Mediterranean.

## Introdução

Há tempos, em artigo pioneiro sobre o tema na historiografia brasileira, Sérgio Buarque de Holanda apontou que sobre os intentos toscanos de se estabelecer uma colônia na América portuguesa os documentos por ele consultados possuíam valor indicativo, conforme lhe havia afirmado o próprio diretor do Arquivo de Estado de Florença à época (HOLANDA, 2000a [1967]). Tendo se debruçado sobretudo em descrições das Índias Ocidentais e correspondências diplomáticas entre a corte grão-ducal e seus representantes em Madri, Sérgio Buarque deixou algumas sendas que posteriormente foram trilhadas por Carlos Zeron e Carlos Camenietzki, que complementaram a pesquisa de Buarque de Holanda em termos interpretativos e trazendo novos documentos à baila (ZERON e CAMENIETZKI, 2000). Mais recentemente, Alírio Cardoso inseriu o projeto toscano em um contexto mais amplo de intenso curso e anseio de outras potências europeias de romper o monopólio ibérico no Atlântico (2013).

Da parte italiana, muitas contribuições ao longo do tempo merecem destaque. Desde a de Riguccio Galluzzi (1781) até Gustavo Uzielli (1901), passando por Giuseppe Guarnieri (1928), as que de um certo modo merecem ser circunstanciadas são as de Roberto Ridolfi (1962) e de Cesare Ciano (1980). Ridolfi, que em seu breve artigo é bastante crítico de Uzielli e Guarnieri – o primeiro promete muito, mas entrega uma monografia inconclusa, enquanto o segundo não soubera contextualizar a empresa marítima de Ferdinando I de' Medici –, apresentou detalhadamente pela primeira vez a obstinação do grão-duque Ferdinando I de acalmar as ambições dos seus filhos que não herdariam o grão-ducado. Tendo falhado na sua tentativa cipriota de 1607, Ferdinando voltou seus olhos em direção ao Brasil, essencialmente para a capitania do Espírito Santo. O historiador também trouxera à tona os laços que uniam este desejo grão-ducal com a atividade dos comerciantes do porto de Livorno, algo que Sérgio Buarque também não deixou de lado. Já Cesare Ciano, que se debruçara sobre as políticas marítimas dos primeiros grão-duques, estabeleceu um nexos entre as iniciativas coloniais de Ferdinando I, o turbulento cenário no Mediterrâneo de fins do século XVI e início do XVII, e os esforços para atrair capitães neerlandeses e ingleses a Livorno. Esta medida fez com que se intensificasse o comércio de contrabando de produtos ibéricos e ibero-americanos saqueados por corsários, que descarregavam essas mercadorias no porto toscano<sup>3</sup>. Ferdinando, “príncipe corsário” nos dizeres de Ciano, fez de tudo para ter boas relações com Elizabeth I da Inglaterra (r.1558-1603),

---

<sup>3</sup> Aqui é muito importante fazer a distinção entre *corso* e *pirataria*, já que a primeira prática estava intimamente relacionada com o poder do Estado e, por consequência, do soberano. Como nos lembra Fernand Braudel, *corso* e *pirataria*, apesar de compartilharem saques, queima de embarcações e escravização

soberana em nada desafeita ao corso, e, após a sua morte, com James I (r.1603-1625), aspecto de grande monta para o argumento que será desenvolvido mais adiante.

De toda forma, Ciano e Ridolfi exaltaram o espírito aventureiro de Ferdinando: corsário e visionário, para o primeiro autor, e o último dos Médicis a evocar o espírito grandioso da estirpe florentina, que buscou bater suas asas para além dos estreitos limites toscanos, segundo Ridolfi. Assim, seu filho e sucessor, Cosimo II (r.1609-1621), aparece como figura desprovida de iniciativa mercantil e colonial, não estando à altura de seu progenitor, enquanto seu irmão Francesco I (r.1574-1587) levou a cabo uma política passiva diante de Filipe II (r.1556-1598), tendo adotado medidas que prejudicaram a economia toscana em detrimento das potências do período – a título de exemplo, apoiando a empreitada marroquina de D. Sebastião I de Portugal (r.1557-1578) e posteriormente a de Filipe II pela Coroa portuguesa, o que contribuiu para as “crises espetaculares que atingiram os investidores florentinos em 1583”, nos dizeres de Fernand Braudel e Ruggiero Romano (1951, p.22)<sup>4</sup>. Contudo, o próprio Ciano afirmara, em capítulo precedente de seu livro aqui mencionado, que Francesco I foi responsável por negociar com o monarca português a partir de seus trâmites Antonio Vecchietti e Iacopo Bardi um contrato para o comércio da pimenta que, por mais que ficasse nas mãos de comerciantes de Antuérpia, contava com capital florentino, garantindo assim um abastecimento da especiaria para o grão-ducado. O mesmo Francesco tentou novamente, no início do governo filipino em Portugal, obter o monopólio da pimenta, mas sem sucesso (CIANO, 1980, p.71 e 76)<sup>5</sup>.

Em âmbito político, as iniciativas de aproximação e de relativa dependência da Espanha eram estratégicas para garantir a manutenção do grão-ducado em um contexto sempre mais hostil na Europa, particularmente no Mediterrâneo e na Península Itálica. Por fim, esta aproximação levou até as coroas mais reticentes a reconhecer o título de grão-duque que fora concedido ao seu pai Cosimo I<sup>6</sup> pelo papa

---

da tripulação predada, diferiam, sendo o corso uma prática filha do mundo Mediterrâneo. (BRAUDEL, 1973, p.867).

<sup>4</sup> Sobre a dependência de Francesco I em relação a Filipe II, ver também Romero García (1986) e Radulet (2002). Entre os autores, Eladi Romero García é quem mais enfatiza a dependência de Francesco I, a ponto de, no limite, o grão-duque não dispor de nenhuma margem de ação política independente em relação ao monarca espanhol em sua argumentação.

<sup>5</sup> Não podemos deixar de lado que a intenção de Francesco I se alinhava com o movimento em curso de muitos comerciantes de pimenta, que com a crise que atingiu Antuérpia no contexto da guerra nos Países Baixos dirigiram parte de suas atividades para outros centros, como Hamburgo, Colônia, Veneza e a própria Florença (BOYAJIAN, 1993). A melhor síntese dos projetos de obter o monopólio da pimenta durante o reinado de Filipe II, além da obra de Boyajian, encontra-se no primeiro volume do *Mediterrâneo*, de Fernand Braudel (1972).

<sup>6</sup> Cosimo I foi duque de Florença de 1537 até 1569, e grão-duque da Toscana de 1569 até sua morte, em 1574.

Pio V (r. 1566-1572) em 1569, como foi o caso de Maximiliano II de Habsburgo (r. 1564-1576) em 1575, Imperador do Sacro Império Romano-Germânico (DIAZ, 1976, p.232). Para garantir a estabilidade do grão-ducado, Francesco certamente não poderia pensar como o pai, que, “ecoando Maquiavel e Guicciardini,” escrevera ao cardeal Granvelle no contexto da disputa pelo Ducado de Milão que Carlos V deveria *dare una bastonata al papa*, que interferia na disputa pelo estratégico território na Itália Setentrional (CHABOD, 1971, p.103).

Já Cosimo II, embora não tenha fomentado empreendimentos coloniais como o pai Ferdinando I, não os abandonou totalmente. Seguindo algumas veredas paternas e aconselhado por ministros e diplomatas que serviram seu pai, como o conde Orso d’Elci, usou algumas artimanhas semelhantes para tentar convencer os ibéricos a deixá-lo introduzir o comércio no ultramar e trabalhar em prol do aumento da fé cristã, encontrando uma rejeição categórica (LAMIONI, 1993, p.663). Ademais, foi durante o período de Cosimo II que o porto de Livorno se consolidou como importante centro comercial entre as duas margens do Mediterrâneo – como reconhece o próprio Ridolfi – e que o grão-ducado se equilibrou diante de uma conjuntura crescentemente intrincada, abrindo caminho para o longo governo de Ferdinando II (r. 1621-1670), durante o qual o grão-ducado da Toscana foi um dos mais importantes Estados italianos (RIDOLFI, 1962, p.712; BREGE, 2021, p.57).

Nesse artigo, nosso propósito é contextualizar os empreendimentos de Ferdinando I dentro de uma conjuntura específica que possibilitou nos âmbitos político, econômico e social a maturação do projeto de expansão ao Atlântico, em especial a expedição organizada por Robert Dudley e chefiada por Robert Thornton. Tendo, de um lado, colhido os louros do irmão falecido em 1587 e que garantiu o reconhecimento do grão-ducado nos quadros do Antigo Regime como Estado soberano, e por outro lado aproveitando-se do intenso fluxo demográfico que ocorreu na Toscana entre as duas últimas décadas do século XVI e a primeira do XVII, procuramos enfatizar que o panorama de seus 22 anos de governo foi favorável para que se avançassem propostas como a de estabelecer uma colônia na América ou a busca do comércio direto com o Brasil.

Para tanto, buscaremos analisar de modo mais profundo a sua relação com a Inglaterra, sua posição diante desta potência em ascensão, e a atividade dos ingleses em Livorno. Faremos também menções ao papel da circulação de informações por meio de agentes diplomáticos e mercantis estabelecidos na Toscana e na Península Ibérica sobre questões essenciais da prática comercial com produtos do Novo Mundo português, e das experiências de alguns destes indivíduos para a maturação de projetos expansionistas. Ressaltemos de princípio que esse fluxo de notícias e mercadorias também foi possibilitado por um processo migratório derivado das chamadas *Livornine*, um conjunto de medidas que ampliavam os direitos civis e

isenções em âmbito mercantil para minorias, principalmente judeus e cristãos-novos, emanadas em 1591 e 1593, ampliando as medidas liberalizantes adotadas já em 1548 por Cosimo I (TOAFF, 1990, p.42; FRATTARELLI FISCHER, 2008)<sup>7</sup>. As aspirações de Ferdinando I de trazer para a Toscana agentes que participassem direta ou indiretamente do comércio colonial e de expedições ultramarinas – ou, como disse Vitorino Magalhães Godinho, da “desocultação do oculto”, dentro da perspectiva europeia – é parte essencial da busca de enraizar a experiência adquirida por parte destes indivíduos, bem como de desenvolver no Grão-Ducado as bases técnicas que necessariamente acompanharam a busca pelas especiarias e metais preciosos (GODINHO, 1990, 75; BRAUDEL, 1981, 402).

Se a expansão colonial europeia gerou um alargamento do espaço de experiências em termos náuticos, mercantis, políticos e diplomáticos para as potências e os indivíduos que se aventuraram nos mares, também teve como consequência um alargamento do horizonte de expectativas. Expectativas estas que alimentaram as ambições de príncipes cujos Estados estiveram apenas indiretamente envolvidos no processo. Vale dizer que as duas categorias meta-históricas – espaço de experiência e horizonte de expectativa – são categorias que fundamentam a possibilidade da história. Sendo os processos históricos constituídos pelas experiências adquiridas pelos agentes envolvidos em seus respectivos contextos, bem como pelas expectativas daqueles que neles atuaram ou sentiram seus efeitos, eles nos indicam um dado antropológico prévio, “sem o qual a história não seria possível, ou não poderia ser imaginada” (KOSELLECK, 2006, 306-308). Portanto, ao lado da descrição de aspectos diplomáticos, estas categorias nos guiam para a análise do contexto no qual foram gestados os anseios da expansão toscana.

### **Intentos mercantis toscanos e o curso inglês: um difícil começo**

Quando deixou de lado a batina e assumiu o trono do grão-ducado da Toscana após a prematura morte do irmão, Ferdinando I se deparou com uma Livorno mais conforme com a que foi idealizada por seu pai, Cosimo I. Tendo seu porto frequentado por embarcações francesas, neerlandesas, inglesas, espanholas, e genovesas –

---

<sup>7</sup> Não podemos tomar esse conjunto de direitos garantidos pelos grão-duques como significado de ausência de restrições. Para as contradições em certos momentos, bem como a incapacidade de frear a ação inquisitorial em determinados contextos, ver Auerbach-Lynn (2016) e Mancuso (2021). Para uma síntese bem elaborada sobre a comunidade portuguesa de Livorno, além de Toaff e Frattarelli Fischer, ver Marcocci (2009).

além, é claro, das toscanas –, Livorno tinha passado pelas últimas décadas por uma ampliação de sua atividade econômica, diante do crescimento da atividade manufatureira regional e, sobretudo, pelo comércio. Ainda antes de sua ascensão ao trono, haviam se estabelecido em Livorno cónsules franceses (1579) e venezianos (1585), seguidos posteriormente, já durante seu governo, pelos ragusanos (1588), genoveses (1596), holandeses (1605) e portugueses e suecos (1609). Vinculado ao aumento do volume comercial em Livorno, Pisa também passou por algumas mudanças que a revitalizaram, com o aumento de atividades têxteis, em especial a *arte della concia della pelle* e inclusive com a fundação de refinarias de açúcar (BRAUDEL e ROMANO, 1951, p.21). Dentre os grupos mercantis atuantes no porto até então, os franceses, seguidos pelos flamengos e neerlandeses, eram responsáveis por movimentar o porto com produtos do Norte da África, do Sul da Europa, e do Báltico. Um dos principais vínculos que estas comunidades mercantis geraram foi entre Livorno e Alicante e Cádiz, de onde chegavam produtos essenciais para a atividade manufatureira toscana: a lã e a cochonilha.

Mas, como mencionado acima, esse comércio de produtos — cuja demanda no Grão-Ducado aumentava exponencialmente — não se realizava apenas por vias “legais”, isto é, por meio do comércio regular. Embarcações saqueadas eram frequentemente descarregadas em Livorno em razão da atividade de corsários e da Ordem de Santo Stefano<sup>8</sup>. Ademais, navios financiados por mercadores toscanos, ou por aqueles estabelecidos no território grão-ducal, eram muitas vezes vítimas do corso e da pirataria nas turbulentas águas do mar interior que separa a Europa da África. No início do período contemplado por este artigo, as queixas por parte das autoridades toscanas se intensificaram. No último ano do governo de Francesco I, o grão-ducado havia obtido de Elizabeth I uma redução significativa da taxa de importação de alume toscano, em um sinal de abertura da monarca inglesa ao Estado italiano (CIANO, 1980, p.76). De acordo com o grão-duque, os contratantes do alume italiano eram seus súditos, e desejavam “servirem-se dos navios dos súditos de Sua Majestade, que vem aos portos dos meus Estados, e nos outros portos da Itália, para conduzir suas mercancias aos Reinos de Sua Majestade, em partes da França e Flandres”<sup>9</sup>.

Não obstante, mesmo com as tentativas de aproximação diplomática com a Coroa inglesa, as práticas predatórias dos ingleses no Mediterrâneo contra embar-

<sup>8</sup> A Ordem de Santo Stefano, criada por Cosimo I em 1562, foi essencial para a promoção social da elite de áreas toscanas que passaram a fazer parte do Estado grão-ducal enquanto este se afirmava no cenário italiano e europeu. Em muitos casos, foi um importante degrau para ser incorporado ao patriciado florentino, como trabalhado por Giovanna Benadusi (1994).

<sup>9</sup> The National Archives (Londres), State Papers 98/1, fl.14v.

cações que se dirigiam a Livorno e que eram totais ou parcialmente financiadas por súditos do Grão-Ducado não arrefeceram. O posicionamento toscano no complexo tabuleiro geopolítico europeu permanecia em xeque, como os próprios espanhóis asseveravam ao ressaltar a “obrigatoriedade” de o grão-duque da Toscana auxiliar a empreitada espanhola contra os ingleses, em virtude do amplo apoio diplomático que a Espanha concedia aos Médicis<sup>10</sup>.

Esse cenário já havia se complicado após a União Ibérica, quando as embarcações e possessões ultramarinas portuguesas também começaram a ser alvos do corso, causando um custo direto para as elites lusitanas que aprovaram a ascensão de Filipe II ao trono (YUN-CASALILLA, 2019, p.201), incluindo-se aí comerciantes com vínculos na Itália. Isto começou a gerar perdas significativas, ainda mais com o fluxo de cristãos-novos portugueses em direção a Pisa e Livorno, incrementada a partir da década de 1590, intensificando os laços entre o grão-ducado e a capital do império português, cujas relações nos anos 1590 não ficam muito atrás das já mencionadas com Alicante e Cádiz.

Os florentinos – ainda antes do período grão-ducal – tinham feito da capital portuguesa uma de suas principais bases de operação para o comércio de especiarias da África e da Ásia, e foram um dos grupos estrangeiros mais influentes que se envolveram na colonização e comércio de açúcar na Ilha da Madeira (VERLINDEN, 1970; SUBRAHMANYAM, 1987; SPALLANZANI, 1997; GUIDI BRUSCOLI, 2013). Este interesse era fomentado pela circulação de notícias que súditos toscanos desde Portugal ou do ultramar enviavam para a terra natal aos seus familiares, associados, ou mesmo ao próprio grão-duque, alimentando uma troca de missivas sugestiva sobre o que estava em jogo.

Um dos casos mais conhecidos pela historiografia são as cartas do viajante Filippo Sassetti. Em uma em especial, dirigida ao humanista Baccio Valori em Florença, Sassetti, que se encontrava em Lisboa, descreve longamente os produtos que faziam do porto lisboeta um dos mais movimentados da Europa. Havia grandes quantidades de couro, açúcar e algodão de Cabo Verde, *zuccheri rossi* de São Tomé, como se dizia em Florença, e açúcar branco do Brasil, de boa qualidade. Nesse país encontrava-se Felipe Cavalcanti, que tinha como principal negócio engenhos de açúcar. (SASSETTI, 1855, p. 123)<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> British Library, Additional Manuscript 36,315, fl.95r.

<sup>11</sup> Para uma análise das cartas de Filippo Sassetti, de grande importância para a compreensão da Ásia portuguesa nas últimas décadas do século XVI, ver as obras mencionadas de Andrea Doré (2002), Brian Brege (2014) e Corey Tazzara (2023). A principal referência sobre a família do humanista Baccio Valori é a obra de Mark Jurdjevic (2008).

Além de Cavalcanti, outra figura de origem toscana presente em Portugal era Francisco Giraldes, filho do comerciante Luca Girdali – aporuguesado Lucas Giraldes – que fora donatário da capitania de Ilhéus, adquirida pelo pai em 1561, e posteriormente nomeado governador-geral do Brasil em 1588, mesmo não tendo chegado a exercer o cargo por conta das turbulências da viagem<sup>12</sup>. A Francisco Giraldes, o grão-duque pediu em 1586 que mandasse para Florença algumas “curiosidades”, inclusive sementes, de coisas que não havia na Toscana. Pouco depois, o embaixador toscano em Madri, Vincenzo di Andrea Alamanni, comunicou Ferdinando I que estava enviando uma caixa com objetos recebidos do “cavalheiro Francesco Girdali”. Florença, durante esse período, estava deixando de ser uma “cidade introspectiva, com perenes disputas de poder, para se tornar a capital de um ambicioso grão-ducado”, como nos lembra Brian Brege (2017, p.210).

É nesse contexto que se insere uma série de missivas, como a de Francesco Guicciardini ao grão-duque, datada de 9 de setembro de 1595, na qual afirma ter encontrado o florentino Raffaello Fantoni, residente em Lisboa, com quem discutira o conteúdo de uma carta anterior, de autoria de Ferdinando I, na qual se dizia que comerciantes de Florença estavam interessados em trazer açúcar do Brasil diretamente para Livorno, sem passar pelos portos ibéricos. Para Fantoni, tratava-se de algo impossível de se obter, mesmo nas “vias ordinárias”<sup>13</sup>. De todo modo, nem o interesse nem o fluxo mercantil que ligavam a capital portuguesa ao porto grão-ducal arrefeceram — tampouco amainaram, como mencionaremos mais adiante, as intenções toscanas de estabelecer comércio direto com o Brasil.

O que é digno de nota é que o comércio de produtos brasileiros desde Lisboa, estimulado por súditos dos Médicis, entrava conseqüentemente dentro da órbita do curso praticado pelos ingleses no Mediterrâneo e pode ter sido um fator adicional para a insistência toscana em obter direitos de navegação direta com o Brasil e mesmo estabelecer um entreposto ou uma colônia toscana no continente americano. E isto justamente quando se estabelecia o exclusivo metropolitano com os alvarás de 1591 e 1605, em que se buscava restringir a concorrência no comércio colonial lusitano, para que as condições fossem tendencialmente as mais favoráveis para os grupos mercantis metropolitanos portugueses (RICUPERO, 2016, p.17).

---

<sup>12</sup> Sobre a atividade de Luca Girdali em Portugal, remetemos aos textos de Virgínia Rau (1965) e Nunzia-tella Alessandrini (2015). O contexto da nomeação de Giraldes ao cargo de governador-geral do Brasil e conteúdo de seu regimento foi bem analisado por Francisco Carlos Cosentino (2009).

<sup>13</sup> Archivio di Stato di Firenze, Mediceo del Principato, filza 4923, fl.791. Publicado em artigo de Sérgio Buarque de Holanda (2000a, p.118).

Se o interesse em ter acesso ao mundo colonial português poderia implicar na adoção de estratégias semelhantes às inglesas, em um primeiro momento as consequências para os súditos toscanos eram mais negativas do que positivas. Já em dezembro de 1590 podemos ver uma carta de Ferdinando I à rainha da Inglaterra queixando-se que uma embarcação carregada de pimenta, açúcar, e “outras especiarias” foi atacada por ingleses próximo ao Cabo de São Vicente, no sul de Portugal. A embarcação, ainda de acordo com o grão-duque, destinava-se ao porto de Livorno e sua carga pertencia, em sua maioria, “aos meus mercadores florentinos”<sup>14</sup>. Ao longo dos próximos anos, missivas similares seriam enviadas por parte do grão-duque, sendo que não apenas embarcações com especiarias e açúcar foram saqueadas pelos corsários ingleses, mas também navios carregados com grãos do Norte da Europa em um período de carestia na Península Itálica, fazendo com que, de maneira crescente, os holandeses – cujas embarcações eram mais bem equipadas e com custos de frete menores – se ocupassem do comércio de grãos no Mediterrâneo neste cenário complicado (ISRAEL, 1989, p.91).

Dentre os casos de corso que originaram reclamações do próprio punho de Ferdinando I, os que envolveram a família Ximenes, talvez, sejam os mais elucidativos para compreendermos as conexões entre o Atlântico luso, Livorno e Pisa<sup>15</sup>. Em 1591, estes aspectos ficam evidentes como mostra a reclamação apresentada pelo grão-duque. Em carta de 14 de junho deste ano, detalhou Ferdinando I que Nicolau Ximenes, junto com Francisco Duarte, foram apreendidos por súditos ingleses. O primeiro era parente de Fernando e Tomás Ximenes, “meus agentes no Reino de Portugal”, sendo requisitada a soltura dos comerciantes, na condição de súditos toscanos e residentes em território grão-ducal. Por fim, o requerimento talvez mais importante da carta era que fossem “concedidos passaportes a todas as naves e mercadorias de todos os [indivíduos] mencionados anteriormente, coisas de Flandres, Lisboa, e que fossem remetidas a Livorno, meu porto, juntamente com os meus agentes e os grãos, para o serviço dos meus povos [...]”. Restava a dúvida sobre quais eram essas mercadorias, além dos grãos, que os Ximenes estavam comercializando entre Lisboa e Livorno e o motivo de serem alvos dos ingleses, mesmo diante das relações estáveis entre ambos os soberanos.

<sup>14</sup> The National Archives (Londres), State Papers 98/1, fl.38.

<sup>15</sup> Recentemente, Francisco Bethencourt afirmou que a divisão dos Ximenes em vários ramos fez que a família mantivesse sedes da casa comercial em várias cidades importantes em âmbito mercantil, como Florença, Antuérpia, Lisboa e Colônia, todas em contato entre si (BETHENCOURT, 2024, capítulo 7). O ramo toscano da família Ximenes foi também trabalhado por Lucia Frattarelli Fischer (2008) e Susana Bastos Mateus (2015).

Encontramos as respostas na carta do próprio Ferdinando I, datada de 17 de agosto do mesmo ano. Em tom ainda mais dramático, ele suplicou a Elizabeth I para que Ximenes e Duarte pudessem prosseguir viagem em direção a Florença, com a restituição das escrituras, pérolas e diamantes que portavam consigo. Complementando seu argumento, esclareceu que se no ano passado – ou seja, 1590 – embarcações de seus súditos que vinham a Livorno arribaram em Valência e Barcelona, tal fato não ocorrera por “vontade alguma de quem as mandava, e menos ainda de quem as conduzia”<sup>16</sup>. É relativamente óbvio que Ferdinando sabia não ser uma arribada forçosa, mas sim condicionada pela relação comercial entre Livorno e portos espanhóis.

Esses elementos nos ajudam a compreender, de modo mais amplo, a carta enviada à corte de Florença por Francesco Lenzoni, residente em Madri, em 15 de dezembro de 1591, bem como o fato de que algumas passagens da missiva estivessem cifradas – a começar pela identificação do interlocutor de Lenzoni na capital da Monarquia Hispânica, Tomás Ximenes, e pelos detalhes mais sensíveis contidos na carta. Afirma o correspondente grão-ducal que Ximenes lhe havia mostrado uma carta de Ferdinando I para que o comerciante buscasse ajudá-lo a obter licença para a navegação de dez naves a partir do Brasil em direitura de Livorno, pagando todos os direitos. Essas tentativas toscanas de negociar o direito de navegação direta ao Brasil revelam um claro deslocamento no *horizonte de expectativa* do grão-duque, que passava a contemplar de forma pragmática a inserção da Toscana no comércio colonial ultramarino. Conquanto, como homem “prático e prudente”, sugeria o mercador a Lenzoni de não tratar o negócio das ditas naves, já que Sua Majestade (Rei de Espanha e Portugal) não alteraria sua resolução de que apenas navios de seus súditos pudessem navegar produtos do Brasil para a Europa – sendo necessário, sobre esse tópico, considerar também o “Conselho das Índias e o reino da Inglaterra”<sup>17</sup>.

O fato de que estes trechos fossem cifrados por Lenzoni e, sobretudo, que um membro da família Ximenes pedisse cautela ao se negociar a causa e se levasse em consideração aspectos relativos à Inglaterra devem ser vistos como um indício para a elucidação de um duplo movimento que estava em curso: de um lado, a maior penetração e influência de mercadores ingleses operando entre a Península Ibérica e o Mediterrâneo, algo proveitoso para os comerciantes de Pisa e Livorno, ainda que os ingleses paulatinamente estivessem ocupando um espaço outrora monopolizado por genoveses, toscanos e venezianos (DAVIS, 1961, 118). De outro, ao se ponderar

<sup>16</sup> The National Archives (Londres), State Papers 98/1, fl.67.

<sup>17</sup> Archivio di Stato di Firenze, Mediceo del Principato, filza 4921, fl.405. Publicado em Sérgio Buarque de Holanda (2000a [1967], p.114).

acerca da importância inglesa, buscava-se também chamar à atenção para práticas predatórias que prejudicavam o comércio. Os Ximenes estabelecidos na Toscana continuaram ainda por um bom tempo a se dedicar ao comércio de produtos do ultramar ibérico, sendo essencial que as embarcações nas quais haviam investido não sofressem retaliações durante o percurso.

Um caso significativo e mais tardio de corso inglês contra embarcações de produtos brasileiros que seriam expedidos a Livorno ocorreu em 1604, quando um navio carregado de açúcar foi interceptado e levado a Plymouth. De acordo com os mareantes e as correspondências que se encontravam na embarcação, o carregamento era de Henrique Dias de Milão, seu filho Manuel Cardoso de Milão, correspondente da família no Brasil, e alguns mercadores associados de Lisboa. Posteriormente, desde a capital lusitana, boa parte da carga seria enviada a Livorno<sup>18</sup>. Era claro, portanto, que manter afastado o perigo do corso resultaria em maiores benefícios a serem colhidos no comércio de produtos ultramarinos. Mas, paradoxalmente, também se tornava cada vez mais claro que as estratégias inglesas eram dignas de emulação.

Nos anos finais do século XVI e nos primeiros do XVII, as queixas de corso inglês parecem ter diminuído – mas não desapareceram completamente –, ao mesmo passo que sua presença no comércio continuava a crescer. Nesse contexto, vale ressaltar o aumento de ingleses que se estabeleceram em Livorno e se associaram com a marinha toscana e mesmo com a Ordem de Santo Stefano, dedicando-se ao comércio e ao corso, sobretudo contra embarcações turcas, com o aval do grão-duque. O tom de Ferdinando I em suas correspondências com James I, sucessor de Elizabeth I, passou a ser ligeiramente diverso: não um pedido reiterado para se pouparem as embarcações toscanas dos saques praticados pelos ingleses, mas uma busca de justificar os ataques de embarcações toscanas e inglesas sob o comando de corsários que se estabeleceram em Livorno. Por volta de 1600-1602 foi registrada no porto de Livorno apenas uma embarcação inglesa permanentemente estacionada ali, que havia chegado à Toscana após ter estado na Sardenha<sup>19</sup>. Em 1607, nove embarcações inglesas estavam no serviço de Ferdinando I (TAZZARA, 2017, 64).

Essa abertura a corsários e piratas ingleses por parte do grão-duque, concedendo garantias após o Tratado assinado em Londres em 1604 que acalmou os ânimos entre ingleses e espanhóis, deu início também a uma intensa transferência de conhecimento acerca da prática mercantil e marítima (De DIVITIIS, 1990, 120). Este fator ampliou significativamente o espaço de experiência toscano, ao integrar saberes e práticas náuticas atlânticas a um Estado cuja tradição mercantil e naval estava

<sup>18</sup> The National Archives (Londres), High Court of Admiralty 13/37, fl.300r.

<sup>19</sup> Archivio di Stato di Firenze, Mediceo del Principato, Filza 1829, fl.225v.

até então circunscrita majoritariamente ao Mediterrâneo. A receptividade toscana fez com que chegassem em Livorno personagens centrais para a expedição de 1608 à América do Sul, como Robert Dudley, que já em 1595 havia ido à Índias Ocidentais, e os irmãos Robert e Giles Thornton. Nas próximas páginas, analisaremos de perto os aspectos centrais que geraram intenso incômodo ao monarca inglês, ao mesmo passo em que culminaram posteriormente na expedição de 1608.

### **A experiência atlântica inglesa, o curso toscano, e a expedição à América do Sul**

Muitos dos ingleses que desembarcaram na Toscana entre fins do século XVI e início do XVII estavam a par de todas as mudanças que ocorriam na Europa continental, ao menos desde o paulatino declínio mercantil de Antuérpia por conta dos conflitos que opunham os Estados Gerais e a Monarquia Hispânica. Um dos pontos centrais na Inglaterra deste momento foi a busca de informações que compensassem a relativa inexperiência de sua comunidade mercantil. Por meio de conselheiros mercantis – que em muitos casos não estavam diretamente envolvidos na esfera dos negócios – comerciantes e políticos ingleses passaram a ter acesso a informações sobre mercados longínquos e sobre as possibilidades de expansão colonial, como é o caso da América do Norte e das Índias Orientais. Para o historiador Eric Ash, tais conselheiros auxiliaram a classe mercantil e política da Inglaterra a compreender as dinâmicas de distintas regiões da Europa e do mundo, e o lugar que a Inglaterra poderia vir a ocupar (ASH, 2002, 2).

Um dos mais conhecidos produtores de conhecimento acerca do mundo colonial foi Richard Hakluyt, compilador da famosa obra *Principal Navigations, Voyages, Traffics and Discoveries of the English Nation*, fruto de extensas pesquisas em bibliotecas e arquivos na Inglaterra e na França nas últimas décadas do século XVI. Além de sugerir as possibilidades – ou, pode-se dizer, as *potencialidades* de territórios extra-europeus e rotas mercantis a serem exploradas pelos ingleses –, Hakluyt sustentou dois argumentos principais em seus escritos, que ecoam um aspecto compartilhado por muitos ingleses de seu tempo: o direito da Coroa de obter territórios na América, especialmente do Norte, e a legitimidade de hostilizar o poderio espanhol no Novo Mundo, diante do modo em que a conquista e colonização espanhola da América se desenrolara ao longo das últimas décadas (MANCALL, 2007, 150). Em todo caso, não podemos nos esquecer de que o *modelo* espanhol de conquista, incluindo a representação positiva feita pelo próprio Hakluyt de Hernán Cortés como um súdito capaz de “privilegiar uma estratégia de longo prazo em detrimento da glória instantânea”, foi algo tido como ideal por parte dos ingleses (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2006, 61). Mesmo que cultivando diferenças e pontuando duras críticas aos im-

périos ibéricos, sobretudo espanhol, não havia uma completa cesura em termos de ideais como se poderia supor<sup>20</sup>.

Este traço não era uma simples emulação dos feitos ibéricos, mas algo que compunha o quadro mental de muitos ingleses e europeus de modo geral. O valor e a proeza em âmbito militar – e, no contexto da expansão ultramarina, também naval – eram atributos indispensáveis para muitos. Até meados do século XVII, a imagem do cavaleiro dotado de características como bravura e preparo técnico, combinando “as armas e as letras” (THOMAS, 2009, 56), também se refletiu em parte em personagens que se aventuraram no ultramar. Este foi o caso de Robert Dudley (1574-1649), filho homônimo do Earl of Leicester, favorito de Elizabeth I. Tendo visto sua legitimidade ser questionada durante toda sua vida pelo fato dos pais não terem contraído matrimônio quando de seu nascimento, Dudley desde tenra idade nutriu anseios militares e navais, diante da percepção comum à época de que o presente e o futuro da Inglaterra dependiam da expansão ultramarina e da capacidade de neutralizar as outras potências europeias nos mares. Tendo se instruído na arte náutica e posteriormente frequentado a Universidade de Oxford (TEMPLE LEADER, 1895, 29), Robert Dudley se aventurou em 1594-5 em uma expedição à América do Sul, na região da Guiana e Orinoco, cujos resultados espelharam o que viria a ser a expedição de 1608 que partiu de Livorno.

Merece destaque, em um primeiro momento, a própria descrição feita por Dudley acerca de sua viagem, registrada em um relato encomendado por Hakluyt e posteriormente publicado nas *Principal Navigations*. Em sua descrição, Dudley inicia esclarecendo que a expedição visava muito mais obter “conhecimento e experiência” do que lucros imediatos<sup>21</sup>. A aquisição dessa experiência seria fundamental tanto para a consolidação de sua posição social na Inglaterra, quando de seu retorno, quanto para sua futura promoção junto ao grão-duque da Toscana, para quem justamente essa experiência seria fundamental. Esposando o *ethos* anteriormente mencionado – de proeza militar e serviço à Coroa –, Dudley concebia sua busca pelo El Dorado como um dentre os muitos passos ingleses rumo ao aumento de poder e riqueza, o que, simultaneamente, implicava a redução do poderio hispânico<sup>22</sup> (HOLLIS, 2008, 67).

<sup>20</sup> Para uma análise em perspectiva integrada dos aspectos referentes às diferenças ideológicas – sobretudo confessionais – e dos respectivos processos coloniais entre ingleses e espanhóis, ver John H. Elliott (2006).

<sup>21</sup> “Robert Dudley’s Voyage to the West Indies, 1594-1595, Narrated by Himself”. In. *The Voyage of Sir Robert Dudley to the West Indies, 1594-1595*. George F. Warner (Org.). Londres: Hakluyt Society, 1899, p.68.

<sup>22</sup> Sobre os aspectos tardios da busca pelo El Dorado, afirma Vitorino Magalhães Godinho que sua função simbólica se alia à “conjuntura longa de insuficiência em relação à activação das trocas”, por

Sua expedição à região da Guiana e do Orinoco, na década de 1590, não foi a única a partir de portos ingleses. O Caribe era o alvo preferencial do corso na época de Elizabeth I, dada sua importância tanto produtiva quanto estratégica, por ser rota das frotas espanholas que anualmente atravessavam a região (ANDREWS, 1964)<sup>23</sup>. Tendo sido objetivo de intentos expansionistas que nunca saíram do papel na década de 1550, no mesmo período em que Dudley explorara a região norte da América do Sul também passaram por ali Walter Raleigh, cujos propósitos eram os mesmos de Dudley – resultando em escaramuças (PENROSE, 1963, 191) –, e Lawrence Keymis. É digno de nota também que as finalidades eram outras: se na metade do século XVI o que atraía os ingleses era a obtenção de uma rota alternativa para se chegar ao interior do Peru, no momento em questão era a descoberta de terras com potencialidades agrícolas e minerais que atraíam as investigações de homens como Dudley e Raleigh, além do corso, atacando navios e territórios hispano-americanos (LORIMER, 1989, 10).

Esse movimento foi destacado, no que se refere à costa meridional da América portuguesa, por Sérgio Buarque de Holanda, que mencionou, inclusive, a obra do já citado Richard Hakluyt. Este, em 1582, teve contato com o embaixador português em Londres, Antônio de Castilho, assim como com Thomas Griggs, que estivera em Santos e afirmara ser a distância entre a vila portuária da capitania de São Vicente e o Peru de meros doze dias, por terra ou por água (HOLANDA, 2000b, p. 117). Em relação ao norte, o corso e as sondagens sendo praticadas com estes objetivos em mente aumentaram o conhecimento dos navegantes ingleses em tal ponto que mesmo os neerlandeses, que em fins do século XVI representavam a maior ameaça às possessões ultramarinas ibéricas, contaram com mareantes de origem inglesa para suas incursões na região amazônica (LORIMER, 1989, 27; KLOOSTER, 2016, 19-20). Familiaridade esta que é atestada pelo governador da ilha Margarita, Pedro de Salazar, que começara a fortificação da região diante da presença massiva de navios ingleses. Segundo o governador em junho de 1595, as embarcações circundavam a ilha e a costa da Terra Firme, “y son los corsarios tan pláticos” que apenas com a população residente seria impossível proteger a região “contra el poder de Inglaterra”<sup>24</sup>.

Isto posto, a chegada de homens com esse perfil era central para os propósitos que estavam no horizonte de expectativas de Ferdinando I: ampliar a atividade corsária no Mediterrâneo e, com isso, dinamizar o porto de Livorno em detrimento de

---

isso desdobrando-se ainda até o século XVII, quando a experiência fora já alargada e em grande parte “racionalizada mercantilmente” (GODINHO, 1990, 78).

<sup>23</sup> Agradeço a Maria Eduarda de Medeiros Brandão pela ajuda na contextualização deste aspecto.

<sup>24</sup> British Library, Additional Manuscript 36,316, fl.126r.

potências rivais, como os turcos, e planejar meios de romper o monopólio ultramarino ibérico. Foi exatamente pela experiência adquirida à serviço da Coroa inglesa ou pela atividade mercantil no ultramar que o fomento ao corso no Mediterrâneo e de um projeto expansionista tornou-se possível ao grão-duque Ferdinando I, influenciando inclusive a região-alvo da expedição que deixou o porto de Livorno em 1608.

Os contratemplos que existiam para a empresa toscana eram muitos, a começar pela impossibilidade de se comparar as frotas ibéricas, inglesas, neerlandesas e francesas com a frota grão-ducal. Em segundo lugar, o cenário diplomático havia mudado com a morte de Elizabeth I e a ascensão de James I em 1603. O poder mediador de Ferdinando I entre a Espanha e a Inglaterra arrefeceu-se, sobretudo com a assinatura do Tratado de Londres de 1604, o que afetou a atividade mercantil (CALZETTA, 2022, 269). Por fim, dentro da própria Toscana havia alguns empecilhos, como o fato de que alguns comerciantes toscanos torciam o nariz diante da ideia de contestar o poderio ibérico, ou por conta da atividade inquisitorial. Basta mencionarmos as prisões de ingleses como é o caso do navegador Samuel Honte, preso em 1607 e acusado de ser luterano, que tinha em suas mãos um livro sobre as Índias que jurava nunca ter olhado dentro<sup>25</sup>. Não sendo o último e menos ainda o primeiro protestante a cair nas malhas da inquisição italiana, estes percalços podem ter ajudado a frear o ímpeto que começara a se desenvolver durante o governo de Ferdinando I<sup>26</sup>.

Mas essa não era, necessariamente, a impressão dos correspondentes de outras potências europeias, a começar pela detalhada carta do veneziano Roberto Lio ao Senado da *Serenissima* de 21 de abril de 1607. De acordo com Lio, preparava-se em Florença e Livorno algo de grandioso. Havia o grão-duque ordenado a compra de um navio holandês e preparavam-se outras embarcações e homens para alguma empresa que era tida nos círculos oficiais florentinos como importante e cujos pormenores eram guardados à sete chaves. O veneziano termina sua carta reafirmando que “Não foi de modo algum possível descobrir qualquer particular, nem se pode a não ser com o tempo descobri-lo [...]”<sup>27</sup>.

O navio em questão era o galeão rebatizado *Livorno*, fabricado em Amsterdam em 1598. Sendo uma das maiores embarcações fabricadas nas Províncias Unidas, com capacidade de aproximadamente mil toneladas, a sua aquisição gerou suspeitas também por parte dos próprios holandeses, que retiveram a embarcação até que tivessem plenas garantias de que os novos compradores, no contexto da guerra con-

<sup>25</sup> Archivio Arcivescovile di Pisa, Filza 3, fl.427v.

<sup>26</sup> Uma ótima síntese sobre as tensões entre a comunidade inglesa de Livorno e a Inquisição encontra-se em VILLANI (1999).

<sup>27</sup> Archivio di Stato di Venezia, Dispacci al Senato, Firenze, Filza 21, fl.31r.

tra a Espanha e de sua expansão ultramarina, não utilizassem o galeão em expedições às Índias Orientais. No fim das contas, o galeão Livorno foi empregado em razias no Mediterrâneo contra os turcos e na falimentar expedição toscana de 1607 na ilha de Chipre, que desde 1571 era controlada pelos otomanos (BOMBONI, 2023, 60-64).

A outra potência que registrou de modo detalhado — ainda mais que Veneza — as atividades toscanas no período foi a Inglaterra, por razões óbvias. A atuação de ingleses em Livorno, servindo a um monarca que não era James I, o uso de embarcações inglesas na atividade corsária toscana e, ainda, a presença de súditos ingleses escravizados que continuavam a servir nas galés, em vez de serem libertados, levaram a uma reação brusca por parte da Coroa<sup>28</sup>. Essa tomada de posição não deve ter sido uma surpresa, dado que as reclamações eram constantes. Esse crescente desconforto dos ingleses era, em grande medida, resultado da percepção de que as experiências e conhecimentos de seus súditos servindo o grão-ducado eram centrais na configuração de um horizonte de expectativas que, neste contexto, alimentavam projeções de um futuro distinto para a Toscana no cenário europeu e colonial.

O representante em Veneza Henry Wotton foi quem mais enfaticamente se ocupou da questão, tendo enviado um portador a Florença no verão do ano de 1607, que foi aprisionado pelos toscanos. Na correspondência do embaixador dos Médicis em Veneza, Asdrubale Barbolani di Montauto, fica claro que as conversas entabuladas com Wotton eram tensas e que o toscano conseguiu arrancar a informação do representante inglês de que seu portador levava para Robert Dudley uma carta do rei James I, manifestando seu incômodo diante de sua atividade como conselheiro de Ferdinando I em questões ultramarinas e navais (BREGE, 2021, 108).

Fato é que entre 1607 e 1608 nove navios ingleses estavam operando sob ordens diretas do Estado toscano, e os espólios que eram trazidos a Livorno movimentavam o comércio local. A tensão atingiu seu ápice quando James I decidiu enviar Stephen Lesieur a Florença, para negociar com Ferdinando I a repatriação de marinheiros e capitães ingleses, com o objetivo de privar o Grão-Ducado da *expertise* destes agentes (TAZZARA, 2017, 64). Os pontos que foram apresentados por Lesieur — a libertação dos ingleses nas galés, das naves a serviço do Grão-Ducado e seu uso para o corso — foram acompanhados de uma queixa acerca do abrigo a indivíduos “infames”, que haviam fugido da Inglaterra para evitar a justiça. A atitude de Ferdinando I, ao conceder-lhes refúgio, era um ultraje à reputação do monarca inglês, nas palavras

---

<sup>28</sup> Um destes mareantes foi William Davies, que elaborou uma *Relação* da expedição de 1608 — único testemunho direto da viagem. Zeron e Camenietzki (2000) publicaram-na integralmente, e o trecho referente a sua presença no Amazonas foi editado recentemente por Sheila Hue e Vivien Kogut Lessa de Sá (2021).

de Lesieur<sup>29</sup>. A resposta do grão-duque não demonstrava arrependimento, apenas a tentativa de neutralizar as queixas ao insistir no argumento de que “os Príncipes, em casos urgentes e de extrema necessidade, se servem de embarcações e súditos de outros soberanos que se encontram em seu território, o que Vossa Majestade sabe ser lícito, tendo-o feito quando necessário”. Nada, portanto, que fosse passível de condenação aos olhos de Ferdinando I<sup>30</sup>.

Apenas um mês após a troca destas correspondências, Stephen Lesieur informava Robert Cecil que tinha obtido a informação das reais intenções toscanas: enviar dois barcos, possivelmente de pequenas dimensões, à Amazônia<sup>31</sup>. A expedição ficaria, como é saber sabido, sob o comando do inglês Robert Thornton, tendo partido apenas um mês depois da carta de Lesieur – ou seja, em setembro de 1608. Os porquês da expedição de Thornton alternam-se na historiografia, entre a interpretação que a entende como uma tentativa de estabelecer uma rota comercial no Atlântico e aquela que a insere em um quadro mais amplo de iniciativas coloniais por parte das autoridades toscanas. Como já indicara Sérgio Buarque de Holanda em seu artigo de 1967, acreditamos que a expedição visava não apenas objetivos mercantis, mas também a coleta de informações que pudessem servir a uma futura empreitada de caráter colonial. Para Sérgio Buarque, a mudança de tática em apenas dois meses de Ferdinando I é sintomática, demonstrando a amplitude de suas ambições. O novo projeto, enquanto Thornton estava no ultramar, era “o da remessa de colonos ao Brasil, precisamente à capitania do Espírito Santo, conforme consta de carta sua de 9 de novembro de 1608, posterior de dois meses apenas, ou menos, à empresa de exploração do rio Amazonas”. Conclui Sérgio Buarque que a mudança abrupta se deveu à correspondência recebida por Baccio da Filicaia<sup>32</sup>, toscano que havia servido no Brasil durante os governos de Francisco de Souza e Diogo Botelho (HOLANDA, 2000a [1967], 111).

O historiador Alírio Cardoso também trouxe informações importantes acerca do contexto da expedição, principalmente ao analisar as missivas trocadas entre Ferdinando I e Sallustio Tarugi, embaixador toscano em Madri. Em seu artigo, demonstra que mesmo territórios das Índias de Castela estavam sob o radar do grão-duque, algo que anteriormente Gino Guarnieri havia pontuado, embora de modo mais descritivo do que analítico (CARDOSO, 2014, 191; GUARNIERI, 1963, 105). Contudo, continuamos a crer que no horizonte de expectativa de Ferdinando, ainda

<sup>29</sup> The National Archives (Londres), State Papers 98/2, fl.146v.

<sup>30</sup> The National Archives (Londres), State Papers 98/2, fl.148r.

<sup>31</sup> The National Archives (Londres), State Papers 98/2, fl.207v.

<sup>32</sup> Sobre Baccio da Filicaia, ver o já mencionado artigo de Carmen Radulet (2002).

mais no contexto de intentos claramente coloniais, a expedição não teve mero caráter exploratório e mercantil. Não se pode saber qual seria a reação de Ferdinando I com o resultado da expedição que retornou a Livorno quando este já havia falecido – abaixo, certamente, das expectativas –, mas o seu preparo, coincidindo com os projetos para a capitania do Espírito Santo e Serra Leoa, são sintomáticos.

No último caso, aliás, Ferdinando I chegou a ser assessorado por ninguém menos que Nicolau Ximenes, mercador de origem portuguesa que tinha negócios em todo o Atlântico português, e cujo parecer sobre uma eventual negociação para a colonização de Serra Leoa foi negativo. Apesar de pormenorizar características da costa Ocidental da África que eram, de acordo com Ximenes, semelhantes às do Brasil, o mercador era absolutamente contrário à ideia por crer que daria início a uma disputa entre Madri e Florença<sup>33</sup>. Como mencionado acima, Nicolau não foi o primeiro Ximenes a querer evitar escaramuças com a Monarquia Hispânica. No que diz respeito à expedição ao norte da América do Sul, pelo contrário, o grão-duque podia contar com o conhecimento de alguém que lá estivera, que mantinha contatos com mareantes que também haviam passado por aquela região e que, além disso, oferecia condições para levar adiante seus intentos de modo mais efetivo — ao menos naquele momento.

Para esta expedição, além da embarcação capitaneada por Robert Thornton, acompanhou-a uma outra capitaneada pelo seu irmão, Giles (GUARNIERI, 1928, 18-19). E foi justamente a participação de Giles na expedição ao Brasil que levou Lesieur a escrever novamente às autoridades toscanas em 30 de outubro de 1608. O representante inglês enfatizou que Giles Thornton e outros 16 mareantes ingleses deveriam retornar imediatamente à Inglaterra, demanda que gerou nos círculos toscanos um considerável incômodo. Afirmava-se que o ideal é que o representante partisse o quanto antes de Livorno, já que Thornton e os outros mareantes, como homens livres, poderiam escolher se ficariam a serviço de Ferdinando I ou se retornariam ao serviço inglês<sup>34</sup>. Mesmo que Lesieur tenha retornado com apenas um mareante inglês a Londres, sabe-se que Giles Thornton poucos anos depois estava na Ásia a serviço da East India Company, tendo lá falecido (BARBOUR, 2021); sinal de que, de fato, não era um dos ingleses que chegaram a ser acorrentados para servir ao Grão-Ducado.

No que se refere a Robert Thornton, pouco se sabe sobre sua atividade mercantil até seu estabelecimento definitivo na Toscana. Na documentação da *High Court of Admiralty* encontra-se uma causa em que esteve envolvido no ano de 1599, e depreende-se que era originário e residente em Middlesex e que “vivia nos mares, tendo

<sup>33</sup> Archivio di Stato di Firenze, Miscellanea Medicea, filza 29, ins. 36, fls.1v-1r.

<sup>34</sup> Archivio di Stato di Firenze, Mediceo del Principato, Filza 1802, fls.184v-186r.

sido capitão da nave *Prosperous* por cerca de seis anos”<sup>35</sup>. Após ter retornado em 1609 da expedição à América do Sul, Thornton permaneceu em Livorno, tendo registros de seu envolvimento até mesmo na importação de açúcar em 1613, quando em associação com o capitão inglês Jacopo Duppar – muito provavelmente James, originalmente – comprou uma quantidade não especificada de açúcar que seria usada para pagar dívidas com alguns comerciantes portugueses<sup>36</sup>. De acordo com Corey Tazzara, ainda em 1621 Robert Thornton estava ativo em Livorno, tendo-se candidatado para ser cônsul da nação inglesa após o falecimento de Thomas Hunt, que exercia esta função. Sua fidelidade aos Médicis e seu catolicismo exacerbado levaram as autoridades toscanas a consultarem James I, que por fim escolheu Richard Allen para o cargo (TAZZARA, 2017, p.93).

No caso de Robert Dudley, sabe-se que permaneceu no serviço dos Médicis até sua morte, no ano de 1649. Empregando seus conhecimentos técnicos sobretudo na construção de navios, foi diretamente responsável, além da organização da expedição de 1608, da construção do navio *San Cosimo*, de cerca de 300 toneladas de capacidade. Sabe-se também que continuou em contato com navegantes e aristocratas ingleses, tendo, ao menos nos seus primeiros anos na Toscana, almejado um retorno ao país natal em caso de reconhecimento de sua filiação, e foi envolvido na possível aliança matrimonial entre a Coroa inglesa e os Médicis, diante das intenções de casar uma princesa toscana com o príncipe Henry – impossibilitada pela prematura morte do príncipe em 1612 (HOLLIS, 2008, 136)<sup>37</sup>. Esgotadas as vias de seu retorno à Inglaterra, Dudley permaneceu na Toscana e lá compôs sua principal obra, *Dell'Arcano del Mare* (1646), que muito provavelmente foi precedida por uma obra manuscrita que se encontra na British Library e compõe a coleção dos *Additional Manuscripts*. Neste volume, que pertenceu à família Borromeo de Pádua desde 1689, o autor aparece como *Roberto Dudleo, Duca di Northumbria*, e é intitulado *Disegni di Navi e Nuova Maniera di Fortificatione*.

Provavelmente finalizada na década de 1620, já que Dudley assumiu o título de Duque de Northumberland apenas no primeiro ano deste decênio, o autor apresenta diversos protótipos de embarcações inglesas e, ao menos em um caso, uma embarcação veneziana. Ademais, representa a tomada de navios da frota de Alexandria, em 1608, por parte da marinha toscana, incluindo-se aí o galeão *Livorno* já mencionado acima. Boa parte da obra aparenta ser um arquétipo da adaptação a

<sup>35</sup> The National Archives (Londres), High Court of Admiralty 13/33, fl.310r.

<sup>36</sup> Archivio di Stato di Livorno, Capitano poi Governatore Auditore Vicario, Filza 2602, fl.557v.

<sup>37</sup> Hollis também afirma que ao menos até o início da década de 1620 o Papa buscou atrair Dudley, interessado em seus serviços, sendo que o último preferiu permanecer em Florença.

uma nova realidade de todo o conhecimento náutico adquirido em seu país natal<sup>38</sup>. Adaptado e integrado plenamente à realidade do Grão-Ducado mesmo após a morte do “príncipe corsário”, Dudley continuou a se dedicar à produção de conhecimento técnico e naval, sem cair em desgraça.

A transferência de conhecimento técnico com a chegada de uma figura como Robert Dudley, bem como o serviço de mareantes experimentados na navegação atlântica, não fora suficiente para transpor os limites que impossibilitaram a continuidade e a própria possibilidade de execução de um projeto expansionista por parte do Grão-Ducado da Toscana. Com a morte de Ferdinando I em 1609, o veneziano Francesco Badoer relatou ao Senado da *Serenissima* o que havia mudado na administração do grão-ducado. De acordo com Badoer, o sucessor Cosimo II se diferenciava do pai em dois aspectos centrais: o pai amava o corso e era especialmente inclinado ao comércio<sup>39</sup>.

Esta visão de fundo pode levar a crer que houvesse um fosso que dividia toda a ação de Ferdinando I e a de Cosimo II, mas na realidade não foi bem assim. O filho buscou acalmar os ânimos com ingleses e espanhóis, mas não deixou de apoiar o corso da Ordem de Santo Stefano no Mar Interior. Fomentou os laços já tecidos pelo pai com o Emir Fakhr-al-Din de Saida, que governava o Líbano, e com governantes rivais dos otomanos em todo o Norte da África. Cosimo II também continuou sendo próximo da comunidade judaica de Livorno e Pisa, como fora o pai (TAZZARA, 2017, 68). Mas os limites que se apresentaram com a competição colonial, sobretudo a presença holandesa e inglesa no Atlântico de modo mais incisivo nas duas primeiras décadas do século XVII, e a preferência por parte da comunidade mercantil toscana – incluindo-se aí os cristãos-novos e judeus de origem portuguesa – em continuar importando produtos americanos a partir de portos ibéricos, são fatores a serem tidos como intransponíveis para a continuidade, ao menos logo após a morte de Ferdinando I, dos anseios de expansão colonial e comércio direto com a América. As negativas por parte da Monarquia Hispânica e o relativo insucesso da expedição organizada por Dudley não teriam tido outro desfecho em caso de sucesso, dado o contexto de crescente competição colonial. Propostas relativamente afins ocorreriam apenas nos anos iniciais do governo de Cosimo III (r.1670-1723), em um contexto muito diferente do analisado ao longo destas páginas (ALESSANDRINI E VIOLA, 2013).

<sup>38</sup> British Library, Additional Manuscript 22, 811, em especial fls.170v-190v.

<sup>39</sup> *Relazioni degli Ambasciatori Veneti al Senato, a cura di Arnaldo Segarizzi*. Firenze, Volume III. Bari: Laterza & Figli, 1916, p.166.

## Conclusão

Neste artigo, buscamos contextualizar os intentos coloniais de Ferdinando I, grão-duque da Toscana, nos âmbitos diplomáticos e sobretudo informativos. Ao colocarmos em perspectiva o fluxo de informações que circulavam nos meios diplomáticos e que chegaram à Florença com o conhecimento prático de mareantes ingleses, aspecto que ampliou o espaço de experiência toscano, compreendemos os motivos pelos quais os anos finais do governo de Ferdinando foram caracterizados por seus anseios ultramarinos, frutos do alargamento de um horizonte de expectativas ocasionado pelos fatores que caracterizaram a conjuntura analisada neste texto. Estes anseios se materializaram em uma ocasião, na expedição que contou com a experiência organizacional de Robert Dudley, que já havia estado naquela região sob o serviço de Elizabeth I. Ferdinando I herdou do irmão Francesco I uma Toscana consolidada no cenário italiano como Estado independente, que já começava a se aventurar em empreitadas mercantis e que buscava mediar diplomaticamente as querelas entre as grandes potências do momento.

Ao se lançar em direção aos mares que os ibéricos tentavam defender a ferro e fogo e que holandeses e ingleses crescentemente ameaçavam, Ferdinando I na realidade aproveitou-se de uma brecha que, talvez, pudesse ser determinante para que um Estado italiano conseguisse participar efetivamente do colonialismo no Atlântico, servindo-se da experiência de Dudley. Não sendo possível por meios políticos e sendo claro para seu sucessor que menos ainda o seria militarmente, os toscanos continuaram a ser, ainda por um bom tempo, importantes para o financiamento do comércio colonial e como mercado consumidor de produtos ultramarinos. De todo modo, o empreendimento revela que a expansão colonial não foi uma meta restrita aos Estados europeus com frotas oceânicas robustas, tendo sido compartilhada por potências regionais que buscavam se equilibrar em um cenário cada vez mais turbulento.

## Fontes Manuscritas

### **Archivio Arcivescovile di Pisa**

Inquisizione, Filza 3

Archivio di Stato di Firenze

### **Mediceo del Principato**

Filza 1802

Filza 1829

### **Miscellanea Medicea**

Filza 29, ins.36.

### **Archivio di Stato di Livorno, Capitano poi Governatore Auditore Vicario**

Filza 2602

### **Archivio di Stato di Venezia, Dispacci**

Firenze, Filza 21

### **British Library**

Additional Manuscript 22, 811

Additional Manuscript 36,315

Additional Manuscript 36,316

### **The National Archives (UK)**

State Papers Foreign 98 – Tuscany

High Court of Admiralty 13/33

High Court of Admiralty 13/37

## **Fontes publicadas**

HUE, Sheila; SÁ, Vivien Kogut Lessa de (Orgs.). *Ingleses no Brasil: relatos de viagem, 1526-1608*. São Paulo: Chão Editora, 2021.

*Relazioni degli Ambasciatori Veneti al Senato, a cura di Arnaldo Segarizzi*. Firenze, Volume III. Bari: Laterza & Gli, 1916.

“Robert Dudley’s Voyage to the West Indies, 1594-1595, Narrated by Himself”. In *The Voyage of Sir Robert Dudley to the West Indies, 1594-1595*. George F. Warner (Org.). Londres: Hakluyt Society, 1899.

SASSETTI, Filippo. *Lettere Edite e Inedite di Filippo Sassetti (Raccolte e Annotate da Ettore Marcucci)*. Florença: Felice Le Monnier, 1855.

## **Fontes secundárias**

ANDREWS, Kenneth R. *English Privateering During the Spanish War, 1585-1603*. Cambridge: Cambridge University Press, 1963.

AUERBACH-LYNN, Brett. “‘addomesticare’ gli inquisitori, costruire la libertà. Lo Stato mediceo e il Sant’Uffizio a Pisa e Livorno, 1591-1655”. In ADDOBATI, Andrea; AGLIETTI, Marcella (eds.). *La Città delle Nazioni: Livorno e i limiti del cosmopolitismo (1566-1834)*. Pisa: Pisa University Press, 2016.

ALESSANDRINI, Nunziatella. “Contributo alla storia della famiglia Giraldi, mercanti banchieri fiorentini alla Corte di Lisboa nel secolo XVI”. In *Storia Economica*, n°3, 2015. Disponível em: <https://www.storiaeconomica.it/rivista/issues.html>. Acesso em: 14/11/2023.

ALESSANDRINI, Nunziatella; VIOLA, Antonella. “Genovesi e fiorentini in Portugallo: reti commerciali e strategie politico-diplomatiche (1650-1700)”. In *Mediterranea – Ricerche Storiche*, vol.10, 2013. Disponível em: <https://www.storiamediterranea.it/portfolio/agosto-2013-2/>. Acesso em: 10/12/2023.

- ASH, Eric J. "A Note and a Caveat for the Merchant': Mercantile Advisors in Elizabethan England". In. *The Sixteenth Century Journal*, Vol.31, n°1, 2002. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.2307/4144240>. Acesso em: 03/05/2024. Doi: <https://doi.org/10.2307/4144240>.
- BARBOUR, Richmond. *The Loss of the Trades Increase: An Early Modern Maritime Catastrophe*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2021.
- BENADUSI, Giovanna. "Career Strategies in Early Modern Tuscany: The Emergence of a Regional Elite". In. *The Sixteenth Century Journal*, vol.25, n°1, 1994. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.2307/2542554>. Acesso em: 08/06/2025. Doi: <https://doi.org/10.2307/2542554>
- BETHENCOURT, Francisco. *Strangers Within: The Rise and Fall of the New Christian Trading Elite*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2024.
- BOMBONI, Massimo. "Il Galeone Livorno: sogni di gloria e imprese mancate di Ferdinando I de' Medici fra le Indie e il Mediterraneo (1606-1608)". In. *Mediterranea – Ricerche Storiche*, vol.20, 2023. Disponível em: <https://www.storiamediterranea.it/portfolio/aprile-2023/>. Acesso em: 01/02/2024. Doi: <https://dx.doi.org/10.19229/1828-230X/57032023>
- BOYAJIAN, James C. *Portuguese Trade in Asia Under the Habsburgs, 1580-1640*. Baltimore; Londres: The John Hopkins University Press, 1993.
- BRAUDEL, Fernand. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*. Volume I. 1ª ed. 1949. Nova Iorque: Harper & Row, 1972.
- BRAUDEL, Fernand. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*. Volume II. 1ª ed. 1949. Nova Iorque: Harper & Row, 1973.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilization and Capitalism, 15<sup>th</sup>-18<sup>th</sup> Century, vol. I: The Structures of Everyday Life, The Limits of the Possible*. Nova Iorque: Harper & Row, 1981.
- BRAUDEL, Fernand; ROMANO, RUGGIERO. *Navires et Marchandises à l'Entrée du Port de Livourne*. Paris: Armand Coulin: 1951.
- BREGE, Brian. *The Empire that Wasn't: The Grand Duchy of Tuscany and Empire, 1574-1609*. Tese de Doutorado em História, Departamento de História, Stanford University, 2014.
- BREGE, "Renaissance Florentines in the Tropics: Brazil, the Grand Duchy of Tuscany, and the Limits of Empire". In. HORODOWICH, Elizabeth; MARKEY, Lia (Orgs.). *The New World in Early Modern Italy, 1492-1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- BREGE, Brian. *Tuscany in the Age of Empire*. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 2021.
- CALZETTA, Luca. *La Politica Estera di Ferdinando I de' Medici (1587-1609)*. Tese de Doutorado em História, Departamento de História, Scuola Normale Superiore di Pisa, 2022.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Puritans Conquistadors: Iberianizing the Atlantic, 1550-1700*. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- CARDOSO, Alírio. "Un piccolo pataccio al rio dell'Amazzoni": pirataria europeia e projetos italianos na Amazônia na época da Monarquia hispânica". In. *Revista de História (USP)*, n° 170, 2014, p.175-199. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/82569>. Acesso em: 17/10/2023. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.voi170p175-199>.
- CHABOD, Federico. *Storia di Milano nell'Epoca di Carlo V*. Torino: Einaudi, 1971.

- CIANO, Cesare. *I Primi Medici e il Mare: note sulla politica marinara toscana da Cosimo I a Ferdinando I*. Pisa: Pacini Editore, 1980.
- COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (Séculos XVI-XVII): Ofícios, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo; Belo Horizonte: Annablume; FAPEMIG, 2009.
- DAVIS, Ralph. "England and the Mediterranean, 1570-1670". In: FISHER, F.J. *Essays in the Economic and Social History of Tudor and Stuart England, in Honour of R. H. Tawney*. Cambridge: Cambridge University Press, 1961.
- De DIVITIIS, Gigliola Pagano. *English Merchants in Seventeenth-Century Italy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- DAZ, Furio. *Il Granducato di Toscana. I Medici*. Turim: UTET, 1976.
- DORÉ, Andrea. "Cristãos na Índia no século XVI: a presença portuguesa e os viajantes italianos". In: *Revista Brasileira de História*, n°22, vol.44, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/P7HTjrcXxLNSZnfk7bRPTJR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14/09/2024. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882002000200004>.
- ELLIOTT, John H. *Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America, 1492-1830*. New Haven; Londres: Yale University Press, 2006.
- FRATTARELLI FISCHER, Lucia. *Vivere Fuori dal Ghetto: ebrei a Pisa e a Livorno (secoli XVI-XVIII)*. Turim: Silvio Zamorani Editore, 2008.
- GALLUZZI, Jacopo Riguccio. *Istoria del Granducato di Toscana sotto il Governo di Casa Medici*. 5 vol. Florença: Nella stamperia di R. del Vivo, 1781.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. "Inovações e permanências nos séculos XV e XVI – entre mito e utopia". In: GODINHO, Vitorino Magalhães. *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar, Séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990.
- GUARNIERI, Giuseppe Gino. *Un'Audace Impresa Marittima di Ferdinando I dei Medici: contributo alla storia della marina mercantile italiana*. Pisa: Arti Grafiche Nistri-Lischi, 1928.
- GUARNIERI, Giuseppe Gino. *Il Principato Mediceo nella Scienza del Mare*. Pisa: Tipografia Editrice Giardini, 1963.
- GUIDI BRUSCOLI, Francesco. "I mercanti fiorentini e l'espansione europea nel XVI secolo". In: AZZARI, Margherita; ROMBAI, Leonardo (Orgs.). *Amerigo Vespucci e i Mercanti Viaggiatori Fiorentini del Cinquecento*. Florença: Firenze University Press, 2013.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Os projetos de colonização e comércio toscanos no Brasil ao tempo do Grão Duque Ferdinando I (1587-1609)". In: *Revista de História (USP)*, n°142-143, 2000<sup>a</sup> [1967]. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18898>. Acesso em: 08/10/2023. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.voi142-143p95-122>.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000b.
- HOLLIS, Corey Miyuki Ota. *The Social Navigations of Sir Robert Dudley (1574-1649)*. Tese de Doutorado em História, Departamento de História, University of California Los Angeles, 2008.
- ISRAEL, Jonathan I. *Dutch Primacy in World Trade, 1585-1740*. Oxford: Clarendon Press, 1989.

- JURDJEVIC, Mark. *Guardians of Republicanism: The Valori Family in the Florentine Renaissance*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- KLOOSTER, Wim. *The Dutch Moment: War, Trade, and Settlement in the Seventeenth-Century Atlantic World*. Ithaca; Londres: Cornell University Press, 2016.
- KOSSELCK, Reinhart. “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas”. In: KOSSELCK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- LAMIONI, Simona. “Di un tentativo della famiglia de’ Medici di assicurarsi una colonia in Sierra Leone all’inizio del 1600”. In: *Africa: Rivista trimestrale di studi e documentazione dell’Istituto Italiano per l’Africa e l’Oriente*, vol.48, n°4, 1993. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40760841>. Acesso em: 09/09/2023.
- LORIMER, Joyce. *English and Irish Settlement on the River Amazon, 1550-1646*. Londres: Hakluyt Society, 1989.
- MANCALL, Peter C. *Hakluyt’s Promise: An Elizabethan’s Obsession for an English America*. New Haven; Londres: Yale University Press, 2007.
- MANCUSO, Piergabriele. “Cosimo I and the Jews”. In: ASSONITIS, Alessio; VAN VEEN, Henk Th. (eds.). *A Companion to Cosimo I de’ Medici*. Brill: Leiden; Boston, 2021.
- MARCOCCI, Giuseppe. “Itinerari marrani. I portoghesi a Livorno nei secoli dell’età moderna”. In: PROSPERI, Adriano (Ed.). *Livorno, 1606-1806: luogo di incontro di popoli e cultura*. Turim: Allemandi, 2009.
- MATEUS, Susana Bastos. “‘Son diventati miei sudditi’: cristãos-novos portugueses entre Lisboa e Florença: o caso da família Ximenes de Aragão (sécs. XVI-XVII)”. In: ALESSANDRINI, Nunziatella; MATEUS, Susana Bastos; RUSSO, Mariagrazia; SABATINI, Gaetano (Eds.). *Con Gran Mare e Fortuna: circulação de mercadorias, pessoas e ideias entre Portugal e Itália na época Moderna*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, 2015.
- PENROSE, Boies. *Travel and Discovery in the Renaissance, 1420-1650*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1963.
- RADULET, Carmen. “Baccio da Filicaia: um florentino entre Portugal e o Brasil em finais do século XVI e princípios do século XVII”. In: *Anais de História d’Além-Mar*, n°3, 2002. Disponível em: [https://run.unl.pt/bitstream/10362/16063/8/2002\\_Anais\\_III.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/16063/8/2002_Anais_III.pdf). Acesso em: 01/09/2024.
- RAU, Virginia. “Um grande mercador-banqueiro italiano em Portugal: Lucas Giraldi”. In: *Estudos Italianos em Portugal*, n° 24, 1965.
- RICUPERO, Rodrigo. “O estabelecimento do exclusivo comercial metropolitano e a conformação do Antigo Sistema Colonial no Brasil”. *História (São Paulo)*, v.35, e100, 2016, p.1-30. Disponível em: <https://www.scielo.br/his/a/fv6Nn7yZPzPYHskj3gcHmjs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02/02/2024. Doi: <https://doi.org/10.1590/1980-436920160000000100>.
- RIDOLFI, Roberto. “Pensieri Medicei di colonizzazione nel Brasile”. In: *Il Veltro*, vol.6, 1962.
- ROMERO GARCÍA, Eladi. *El Imperialismo Hispánico en la Toscana durante el Siglo XVI*. Lleida: Dilagro, 1986.
- SPALLANZANI, Marco. *Mercanti Fiorentini nell’Asia Portoghese (1500-1525)*. Florença: SPES, 1997.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. “Um Bom Homem de Tratar”: Piero Strozzi, a Florentine in

- Portuguese Asia, 1510-1522". *Journal of European Economic History*, v.16, n°3, 1987. Disponível em: <https://www.jeeh.it/articolo?urn=urn:abi:abi:RIV:JOU:1987:3.511&ev=1>. Acesso em 07/05/2025.
- TAZZARA, Corey. *The Free Port of Livorno and the Transformation of the Mediterranean World, 1574-1790*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- TAZZARA, Corey (Org.). *Filippo Sassetti on Trade, Institutions, and Empire*. Nova Iorque; Londres: Routledge, 2023.
- TEMPLE LEADER, John. *Life of Sir Robert Dudley, Earl of Warwick and Duke of Northumberland*. Florença: G. Barbera, 1895.
- THOMAS, Keith. *The Ends of Life: Roads to Fulfilment in Early Modern England*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- TOAFF, Renzo. *La Nazione Ebraica a Livorno e a Pisa (1591-1700)*. Florença: Olschki Editore, 1990.
- UZIELLI, Gustavo. *Cenni Istorici sulle Imprese Scientifiche Marittime e Coloniali di Ferdinando I Granduca di Toscana*. Florença: Pei Tipi di G. Spinelli &Co., 1901.
- VERLINDEN, Charles. *The Beginnings of Modern Colonization: Eleven Essays with an Introduction*. Ithaca; Londres: Cornell University Press, 1970.
- VILLANI, Stefano. "Cum scandalo catholicorum": la presenza a Livorno di predicatori protestanti inglesi tra il 1644 e il 1670". In. *Nuovi Studi Livornesi*, vol.7, 1999.
- YUN-CASALILLA, Bartolomé. *Iberian World Empires and the Globalization of Europe, 1415-1668*. Londres: Palgrave Macmillan, 2019.
- ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro; CAMENIETZKI, Carlos Ziller. "Nas sendas de Sérgio Buarque de Holanda: documentos sobre uma expedição florentina à Amazônia, em 1608". In. *Revista de História (USP)*, n°142-143, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18899>. Acesso em: 08/10/2023. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.voi142-143p123-211>.

Recebido: 14/09/2024 – Aprovado: 25/06/2025

**Editores Responsáveis**

Miguel Palmeira e Stella Maris Scatena Franco